

# ANÁLISE POLÍTICA

## OS REFLEXOS DAS ELEIÇÕES



**CONSULTORES**

Relações Governamentais

## OS REFLEXOS DA ELEIÇÃO

O resultado das eleições municipais demonstrou, em geral, que o eleitor procurou candidatos mais distantes dos extremos e com experiência em gestão.

Em números, DEM e PP foram os que mais ganharam espaço, com bons desempenhos de PSD, PL e Republicanos. As urnas também confirmaram a perda de prefeituras por partidos de esquerda, especialmente o PT.

### Moderação

A eleição municipal, em especial nos grandes centros urbanos, consagrou candidatos que adotaram postura moderada e tentaram se mostrar preparados para o cargo. Outsiders não tiveram o mesmo sucesso de dois anos atrás.

O DEM saiu fortalecido nas capitais, com vitórias em primeiro turno em Salvador (Bruno Reis), Curitiba (Rafael Greca) e Florianópolis (Gean Loureiro). No segundo turno, Eduardo Paes teve expressiva vitória contra Marcelo Crivella no Rio de Janeiro.

A reeleição de Bruno Covas manteve o PSDB à frente da maior cidade do país. O partido perdeu 265 prefeituras na comparação com 2016, mas os tucanos seguirão como o partido cujos prefeitos governam o maior número de brasileiros: 34 milhões.

O MDB conquistou cinco capitais, entre elas, Porto Alegre e Goiânia. A sigla seguirá à frente do maior número de prefeituras (784), mas elegeu 251 prefeitos a menos do que em 2016 (1.035). Já o PSD venceu em Belo Horizonte

(Alexandre Kalil) e Campo Grande (Marquinhos Trad).

### Reorganização da esquerda

Pela primeira vez desde a redemocratização, o PT não governará capital. Perdeu em Recife e Vitória no segundo turno. O partido sofre por retardar o processo de renovação e, aos poucos, vai perdendo a hegemonia. Nesta eleição, viu o PSOL vencer em Belém e chegar ao segundo turno em São Paulo. Já PDT e PSB asseguraram bons espaços nas capitais, em especial no Nordeste.

O cenário incentiva a reorganização da esquerda, com a possibilidade de candidatos de outros partidos, serem os protagonistas. Fica a dúvida se o PT, que ainda é o principal partido do campo, fará autocrítica e aceitará apoiar um nome de outra sigla ao Planalto em 2022.

### Apoio presidencial

Também foi uma eleição com performance abaixo do esperado dos candidatos apoiados publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro. Embora ele tenha dito que não se envolveria nas eleições, acabou fazendo seu próprio horário eleitoral via Facebook.

Entre prefeitos, de 13 nomes apoiados pelo presidente, dois se elegeram (Mão Santa em Parnaíba e Gustavo Nunes em Ipatinga). Dos outros 11, dois chegaram ao segundo turno: no Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos); e em Fortaleza, Capitão Wagner (Pros).

## **Favorito à reeleição**

Políticos e analistas apontam que o desempenho dos candidatos apoiados Bolsonaro não significam uma avaliação do mandato do Presidente da República. Bolsonaro, hoje, é favorito à reeleição.

Aliados tentarão levar o presidente um pouco mais ao centro com o alerta de que o risco reside em algum candidato de verniz moderado. O bom desempenho de prefeitos que defenderam quarantenas serve de alerta.

## **Projeções para 2022**

Historicamente, a eleição municipal não tem relação direta com a eleição presidencial. Mesmo assim, o resultado da disputa pelas prefeituras este ano traz sinais sobre os próximos passos.

O bom desempenho na eleição anima o DEM a ter um nome para a disputa à presidência. A questão é conseguir um nome que realmente tenha força para concorrer à Presidência da República em 2022.

Já o PSDB tem em João Doria um pré-candidato ao Planalto, mesmo com a rejeição na cidade de São Paulo. A politização em torno da vacina contra Covid-19 será uma das apostas de Doria para receber atenção e ganhar força numa eventual disputa contra Bolsonaro em 2022.

O MDB, mesmo mantendo o maior número de prefeituras do país, segue sem um nome forte para uma disputa presidencial. Essa capilaridade pelo interior do país, no entanto, faz com que o par-

tido seja cobiçado para alianças na corrida presidencial.

Os partidos do centrão, que no momento apoiam Bolsonaro no Congresso Nacional, administrarão mais de 2,6 mil municípios a partir de 2021. É quase metade das cidades do país. Destaque para PP, PSD e PL. Até o momento, esses partidos não apresentam nomes com força para concorrer à Presidência da República. Mas seguindo a mesma lógica, do MDB, são partidos com uma estrutura no interior que interessa a alianças para a disputa presidencial.

## **Novo nome da esquerda**

Aos 38 anos de idade, Guilherme Boulos recebeu 2.168.109 votos na maior cidade do país e passou a ser um dos principais atores políticos da disputa eleitoral de 2022. Sua segunda vitória foi ter conseguido mobilizar apoios, durante a disputa, de ex-presenciáveis de projeção nacional como Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede) e o ex-presidente Lula (PT).

Essa união em torno de um nome jovem pode ser a alternativa da esquerda para a disputa eleitoral de 2022. Sem desgaste na imagem, ele tem potencial de liderar uma aliança ampla de partidos, algo que atualmente não se imagina possível em torno de uma candidatura do PT.

## **Parlamentares na eleição**

No total, foram 69 deputados federais e 2 senadores que concorreram aos cargos de prefeito e vice-prefeito na eleição deste ano. O sucesso dos parla-

mentares, no entanto, foi pequeno: apenas 11 foram eleitos.

Nas capitais, o deputado federal João Campos (PSB) venceu em Recife, no estado de Pernambuco, contra sua prima e também deputada federal Marília Arraes (PT). O deputado Eduardo Braide (Podemos) foi eleito em São Luís, no Maranhão. O deputado João Henrique Holanda Caldas, conhecido como JHC (Patriotas), foi eleito em Maceió, Alagoas. E Edmilson Rodrigues (PSOL) venceu em Belém, no Pará.

Outros parlamentares eleitos prefeitos: Alexandre Serfiotis (PSD), em Porto Real, no Rio de Janeiro; Margarida Salomão (PT), em Juiz de Fora, Minas Gerais; Sérgio Vidigal (PDT), em Serra, no Espírito Santo; e Wladimir Garotinho (PSD), em Campos dos Goytacazes, também no Rio de Janeiro. Como vice-prefeitos, foram eleitos Deuzinho Filho (Republicanos), em Caucaia, no Ceará; Juninho do Pneu (DEM), em Nova Iguaçu, também no Rio de Janeiro; e Paulo Marinho Jr. (PL), em Caxias, no Maranhão.

## **Câmaras municipais**

Essa foi a primeira eleição após o fim das coligações proporcionais. O resultado, no entanto, não pode ser avaliado com precisão em razão da campanha ter sido impactada pela pandemia.

O resultado da eleição nas Câmaras de Vereadores reforçou o que ocorreu nas prefeituras. DEM, PP, PSD, PL e Republicanos cresceram. O MDB manteve o maior número de vereadores no país. E PT, PSDB, PSB e PDT perderam cadei-

ras nas Câmaras municipais na comparação com 2016.

## **Voto facultativo**

A eleição da pandemia foi singular. Tradicionalmente em outubro, o pleito foi transferido para novembro. A campanha também foi mais curta; as restrições, embora mais brandas, dificultaram a busca pelo voto; e o drama da pandemia e a corrida por uma vacina consumiram a atenção dos eleitores.

Assim, o Tribunal Superior Eleitoral registrou a abstenção nacional de 23,14%, a mais alta para uma eleição municipal. São rês pontos percentuais acima do registrado em 2018 (20,33%), em tempos sem Covid-19.

No último final de semana, o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, reconheceu em entrevista que essa alta abstenção demonstra que o voto obrigatório no Brasil, na prática, tem se tornado facultativo. A facilidade para justificar a ausência, até por aplicativo de celular, e o baixo valor das multas permitem que o eleitor escolha se quer ou não participar da votação.

## **Eleição no Congresso Nacional**

Passada a eleição municipal, as disputas pelas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estão no centro da atenção política. No último domingo, o Supremo Tribunal Federal concluiu a análise do processo sobre a possibilidade de reeleição do deputado Rodrigo Maia e do senador Davi Alcolumbre. A maioria dos ministros do STF votou contra a reeleição de ambos, o

que deve resultar em um maior número de concorrentes.

À imprensa dá destaque à mobilização popular, que teve influência decisiva sobre os ministros do STF. A possibilidade de autorizar a reeleição chegou a ser apelidada de “drible na Constituição”. Em três dias, a votação do STF começou com a tendência de autorizar a reeleição, mas no domingo à noite foi encerrada impedindo a reeleição dos presidentes das duas Casas.

### **Placar zerado**

Politicamente, essa decisão zera o placar de início da corrida eleitoral. Se a reeleição fosse permitida, seria praticamente impossível derrotar Maia e Alcolumbre. Agora, o governo tem chance de emplacar nomes de apoiadores nas presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O desafio do presidente Jair Bolsonaro, novamente, será garantir uma articulação política que auxilie os deputados e senadores na disputa. Com o apoio do Centrão, esse desafio parece mais plausível do que dois anos atrás.

### **Pré-candidatos já se apresentam**

A eleição para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ocorrerá na primeira sessão do próximo ano, em 1º de fevereiro. A quase dois meses da disputa, diversos parlamentares já demonstram interesse em concorrer.

Na Câmara dos Deputados, entre os nomes que já foram cogitados como

candidatos estão (em ordem alfabética): Alessandro Molon (PSB-RJ), Arthur Lira (PP-AL), Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Baleia Rossi (MDB-SP), Capitão Augusto (PL-SP), Carlos Zaratini (PT-SP), Elmar Nascimento (DEM-BA), Fábio Ramalho (MDB-MG), Fernando Coelho Filho (DEM-PE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Luciano Bivar (PSL-PE), Marcos Pereira (Republicanos-SP), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM) e Soraya Santos (PL-RJ). Também já foram mencionados os nomes dos ministros Fábio Faria (PSD-RN) e Tereza Cristina (DEM-MS), que poderiam retornar ao mandato para concorrer na eleição.

No Senado, os nomes até agora cogitados incluem (também em ordem alfabética): Alvaro Dias (Podemos-PR), Antonio Anastasia (PSD-MG), Eduardo Braga (MDB-AM), Eduardo Gomes (MDB-TO), Fernando Bezerra (MDB-PE), Jorge Kajuru (Solidariedade-GO), Major Olimpio (PSL-SP) e Simone Tebet (MDB-MS).

### **Reformas paradas**

A atuação dos parlamentares nas eleições municipais atrasou o andamento das reformas esperadas para este ano. Mesmo mesmo após a definição das prefeituras pelo Brasil ainda não houve avanço no Congresso Nacional.

O calendário apertado neste fim de ano fará com que definições sobre o texto fiquem para 2021. O presidente da comissão mista da Reforma Tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), já anunciou que vai pedir a prorrogação dos trabalhos até 31 de março de 2021.